

Brasil: Lebre ou Tartaruga?

Rubens Penha Cysne
22 de Janeiro de 2010

As duas figuras abaixo tomam como base um conjunto de 163 países para os quais constam dados de PIB per capita nos anos de 1980 e 2007. Os dados se expressam em dólares internacionais de 2005. A fonte é a Penn World Table, muito usada por acadêmicos estudiosos de crescimento econômico.

Figura 1

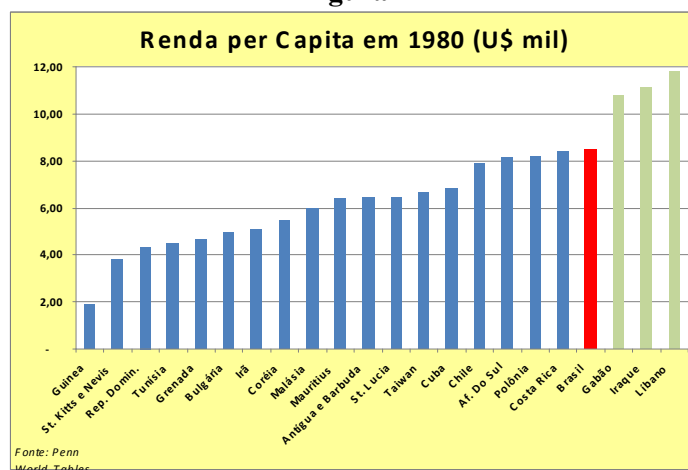
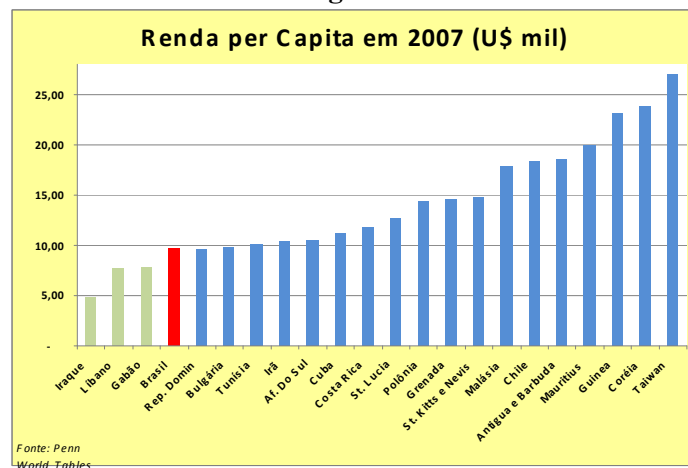


Figura 2



As figuras incluem apenas os países que trocaram de posição com o Brasil (este, em vermelho), entre os anos de 1980 e 2007. Ao todo, são 21 países que ou tinham renda per capita inferior ao Brasil em 1980 e passaram a tê-la em nível superior ao Brasil em 2007, ou o oposto. Ou seja, países que eram mais pobres em 1980 (em renda per capita) e passaram a ser mais ricos em 2007 ou vice-versa.

Comparando-se as Figuras 1 e 2, observa-se que há apenas três países que se situavam à direita do Brasil em 1980, e inverteram sua posição em 2007: Gabão, Iraque e Líbano. Tratam-se, estes, dos únicos países da amostra (de 163 países) que o Brasil conseguiu ultrapassar em termos de renda per capita nestes 27 anos.

Ainda assim, nestes três casos é muito mais fácil atribuir tal ultrapassagem a problemas nos respectivos países do que a méritos nacionais. O Líbano passou por uma Guerra Civil entre 1975 e 1990. O Iraque entrou em guerra com o Irã nos anos 1980-1988; depois, passou pelas desastrosas consequências da invasão do Kuwait (1990) e, a partir de 2003, foi arrasado pela invasão das forças aliadas coordenadas pelos Estados Unidos. Quanto ao Gabão, basta dizer que cerca de 50% de seu PIB e 80% das exportações provêm do petróleo, sendo a maior parte da população empregada na agricultura.

Por outro lado, como se observa em uma segunda comparação entre as Figuras 1 e 2, dos 163 países considerados 18 ultrapassaram o Brasil neste período. No contexto da fábula da lebre e da tartaruga, o Brasil ao menos por enquanto está mais para lebre do que para tartaruga (que é vitoriosa no final).

Antes de passarmos a uma análise das possíveis causas de tal atraso relativo, cabem algumas observações sobre os dados utilizados. Por "dólares internacionais" quer-se dizer que a taxa de câmbio usada para denominar cada PIB (Produto Interno Bruto) doméstico em dólares não é necessariamente aquela vigente para o determinado país no determinado ano, mas sim uma taxa que teoricamente torna os preços de bens e serviços em dólares no país e nos Estados Unidos aproximadamente iguais. Diz-se, no caso, que tal taxa de câmbio estabelece uma "paridade de poder de compra" do dólar entre o país em questão e os Estados Unidos. O conceito de paridade de poder de compra regride a Gustav Cassel (1921), renomado economista sueco falecido em 1945.

Por exemplo, como a China atualmente possui um elevado saldo na conta corrente do balanço de pagamentos, diz-se que sua moeda, o Yuan, está muito desvalorizado. Ou seja, que o poder aquisitivo do dólar na China é elevado relativamente à paridade de poder de compra; ou alternativamente, que o preço do dólar em Yuans está demasiado alto, facilitando compras de bens chineses pelo resto do mundo. Isto significa que converter o PIB corrente da China (denominado em Yuans) para dólares a esta taxa vigente levaria a um valor do PIB chinês em dólares demasiado baixo. Para evitar isto, utiliza-se um outro preço do dólar em Yuan, mais baixo, levando a um maior PIB chinês em dólares.

Os dólares internacionais a que se referem tais dados têm como base o ano de 2005. Isto significa que um índice de preços de bens e serviços nos Estados Unidos (com ano base em 2005) foi implicitamente utilizado para tornar o poder de compra de todas as séries comparável não apenas entre países, mas também entre quaisquer pontos distintos no tempo.

Voltando ao ponto principal deste artigo, cabe indagar porque o Brasil se atrasou relativamente a tantas outras economias no período considerado¹.

¹ Além, é claro, daqueles vários países não considerados nas Figuras 1 e 2, como por exemplo a Coreia do Sul, que já se encontravam à direita do Brasil em 1980 e distanciaram-se ainda muito mais em 2007.

Não há dúvida que algumas das principais explicações são de ordem institucional. Entenda-se como tal a provisão inadequada de regras estáveis e economicamente consistentes. A Constituição de 1988, por exemplo, rima demasiadamente mais com direitos do que com deveres; preocupa-se mais com ativos que com passivos.

Estado e governos, por outro lado, deixaram e tem deixado a descoberto áreas onde sua atuação é precípua e crucial, para se aventurar na produção de bens e serviços que em muitos casos poderiam ser providos pelo setor privado. A educação deixou muito a desejar em todo o período considerado, particularmente para a faixa de 0 a 10 anos de idade. Instituições fundamentais como o Banco Central, a Justiça e a Regulação econômica claramente não funcionaram a contento entre 1980 e 2007. A política econômica entre 1986 e 1993, por exemplo, foi caótica.

Todos estes fatos, entretanto, já são bastante comentados e conhecidos. Há, entretanto, pontos importantes que tem estado ausente dos debates sobre tal tema.

Sem deixar de lado a formação de capital físico e humano, cabe trazer ao debate as vedetes da "nova teoria do crescimento": o desenvolvimento de novas tecnologias e a difusão tecnológica entre diferentes economias. Cabe falar não apenas da inovação de processos, mas também da criação de novos produtos (na qual a indústria de computação tem sido tão bem sucedida).

Há algum tempo a profissão se convenceu que não conseguiria explicar os fatos ocorridos nos 200 anos que se seguiram à Revolução Industrial sem falar de difusão tecnológica entre países e dos fatos institucionais que a tornam mais facilmente assimilável em algumas economias e menos em outras.

Fala-se muito no Brasil sobre educação, o que é ótimo. Mas muito pouco sobre a criação de um ambiente de negócios que fomente competição entre inovadores e mesmo entre adquirentes de tecnologias importadas. Ou que encare o lucro como necessário ao financiamento de inovações e ao treinamento de pessoal qualificado em um ambiente de escassez (e forte desigualdade) de crédito de longo prazo. Isto é ruim.

De que adianta apenas a provisão de pessoas altamente treinadas se a cultura empresarial privada é passiva e permanentemente ameaçada pelo Estado e pela falta de foco do Estado em suas tarefas clássicas?

Desenvolvimento não se faz apenas somando-se doutores e outros fatores de produção, de forma estanque. É preciso, por exemplo, e em particular, segurança pública. Sem esta não se desenvolve o predomínio do futuro sobre o presente requerido pela formação de demanda por capital, seja ele físico ou humano. Com horizontes de vida determinados aleatoriamente por balas perdidas não há incentivos nem ao estudo, nem à formação de tecnologia nem a negócios.

Há omissões passivas e ativas. Em alguns casos mesmo o debate acadêmico, centrado quase que apenas em capital humano, parece ter parado no tempo na época da publicação do *Mechanics of Economic Development*, por Robert Lucas, em 1988. Ensinaamentos posteriores básicos ligados à ambiência de criação tecnológica [por exemplo, Paul Romer (1987, 1990); Charles Jones (1995); Gene Grossman e Elhanan

Helpman (1991); Philippe Aghion e Peter Howitt (1992); e Daron Acemoglu (2002, 2003 e 2007) tem ficado à margem da discussão nacional sobre crescimento.

Para aqueles que desejam entender as razões subjacentes aos fatos apresentados nas Figuras 1 e 2, as questões institucionais tratadas por esta nova literatura podem enriquecer em muito o debate sobre crescimento, em dimensão complementar ao enfoque puramente educacional. A diferente evolução histórica das economias divididas da Alemanha e da Coréia, por exemplo, deixa claro este ponto.

Referências Bibliográficas

Acemoglu, Daron (2002) Directed Technical Change Review of Economic Studies, 69, 781-810.

Acemoglu, Daron (2003) Labor- and Capital-Augmenting Technical Change Journal of European Economic Association, 1, 1-37.

Acemoglu, Daron (2007) Equilibrium Bias of Technology. *Econometrica*, 75(5), pp. 1371-1410.

Aghion, Philippe and Peter Howitt (1992) A Model of Growth Through Creative Destruction *Econometrica*, 60, 323-351

Grossman, Gene and Elhanan Helpman (1991) *Innovation and Growth in the Global Economy*, Cambridge, MA, MIT Press.

Jones, Charles I (1995) R&D-based Models of Economic Growth *Journal of Political Economy*, 103, 759-784.

Lucas, Robert E. "On the Mechanics of Economic Development." *Journal of Monetary Economics*, 22 (1998): 3-42.

Romer, Paul (1987) Growth Based on Increasing Returns due to Specialization *American Economic Review Papers and Proceedings*, 77, 56-62

Romer, Paul M. (1990). Endogenous Technological Change, *Journal of Political Economy* 98, S71-S102.

Rubens Penha Cysne (<http://www.epge.fgv.br/users/rubens/>) é Professor da EPGE/FGV

Agradeço a Guilherme Torres a assistência de pesquisa